CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:

NOME: KEVELYN GABRIELA LEANDRO DE SOUZA

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

ESTADO CIVIL: UNIÃO ESTÁVEL

PROFISSÃO: DENTISTA

RG:12.568.814-4 SESP/PR

CPF: 082.682.509-50

ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO, N°297, DISTRITO DE RIO VERDE EM JURANDA/PR

TELEFONE: (44) 9 8821-9949

CONTRATANTE:

NOME: VALDEMIR BATISTA DE SOUZA

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

ESTADO CIVIL: UNIÃO ESTÁVEL

PROFISSÃO: AGRICULTOR

RG: 9.263.493-0 SESP/PR

CPF: 049.604.219-08

ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO, N°297, DISTRITO DE RIO VERDE EM JURANDA/PR

TELEFONE: (44) 9 8821-9949

contratada: G a assessoria e consultoria empresarial LTDA, com sede matriz na cidade de Maringá – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 18.236.979/0001-67, neste ato representada por sua sócia administradora ADRIELLY COSTA, inscrita no CPF/MF nº 016.286.301-24.

DO OBJETO DO CONTRATO:

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a prestação de serviços de regularização fundiária, consoante o que determina o provimento 02/2022 do Tribunal de Justiça do estado do Paraná, especificamente, para realizar todos os atos necessários em nome do(a) CONTRATANTE para fins de promover a regularização dos imóveis abaixo descritos situados no Núcleo Rio Verde em Juranda/PR, em nome do(a) CONTRATANTE mediante procedimento de jurisdição voluntária, por intermédio do Programa Moradia Legal.

1) Imóvel 1: QUADRA 14 LOTE 20

Parágrafo primeiro: Por expressa vontade da parte CONTRATANTE, a regularização fundiária do imóvel descrito será efetuada pela forma de desmembramento, resultando em 01 (um) lote, estando ciente dos custos da prestação de serviço.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Cláusula 2ª. O(A) CONTRATANTE se obriga a apresentar às CONTRATADAS todos os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente contrato de regularização, bem como se responsabiliza pela veracidade de todas as informações prestadas, quando solicitado.

Cláusula 3ª. O(A) CONTRATANTE se obriga a comunicar qualquer alteração nos seus dados (telefone, e-mail ou endereço) às CONTRATADAS.



Cláusula 4ª: As CONTRATADAS se comprometem a executar todo serviço com o zelo que lhe é inerente, bem como dar ciência do andamento do procedimento ao (a) CONTRATANTE.

Cláusula 5ª. Os serviços objetos deste contrato, serão remunerados pela CONTRATANTE a

DO PAGAMENTO:

CONTRATADAS no valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) por lote a ser regularizado
(de acordo com a cláusula 1ª), em uma das condições abaixo:
() À vista, na data de autorização da cobrança, mediante emissão de boleto bancário, com
incidência de 10% (dez por cento) de desconto;
() Entrada no valor de R\$ () e o remanescente parcelado em
() vezes, em parcelas sucessivas, no boleto bancário, com vencimento para
todo dia () de cada mês, havendo de juros, na forma do parágrafo quarto desta
cláusula;
(_X_) Parcelado em 06x (seis) vezes, em parcelas sucessivas, no boleto bancário, com vencimento
das parcelas para todo dia 12 (doze) de cada mês, havendo de juros, na forma do parágrafo quarto
desta cláusula:

Parágrafo primeiro: Conforme determinação apresentada pela comissão do programa "Moradia Legal", a cobrança dos valores da prestação do serviço, apenas serão iniciadas após aprovação dada pela via judicial, que se viabiliza com o "despacho inicial" da demanda.

Parágrafo segundo: No caso de atraso nos pagamentos, a CONTRATANTE estará automaticamente em mora, arcando com juros de 1% (um por cento) ao mês com correção monetária INPC e multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo terceiro: Havendo atraso superior a 15 (quinze) dias no pagamento de qualquer das parcelas, ocorrerá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e poderá o CONTRATADO proceder a execução judicial da integralidade do débito, com os acréscimos da cláusula anterior.

Parágrafo quarto: Na hipótese de parcelamento dos valores, haverá a incidência de juros sucessivos, na seguinte proporção: de 08 a 24 parcelas, haverá incidência de 1% (um por cento) de juros ao mês por prestação; e de 25 a 36 parcelas, haverá incidência de 1,2% (um virgula dois por cento) de juros ao mês por prestação.

Parágrafo quinto: Na hipótese de pagamento dos valores em única prestação, ou seja, à vista, haverá a redução de 10% (dez por cento) do valor do contrato em favor da parte CONTRATANTE.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO:

Cláusula 6ª. O presente contrato terá duração por prazo determinado, a contar da data da assinatura do instrumento, até a data da efetiva entrega do título translativo de propriedade em nome do(a) CONTRATANTE.

Cláusula 7ª. O inadimplemento dos pagamentos, descumprimento de cláusula contratual, alegações inverídicas ou mera desistência motivada ou não (hipóteses denominadas simplesmente "falta"), acarretará imediata rescisão deste contrato, restando devidos os valores previstos na cláusula 5ª, a título de ressarcimento e reparação de danos causados, da seguinte forma:

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Nome do ocupante: KEVELYN GABRIELA LEANDRO DE SOUZA e VALDEMIR BATISTA DE SOUZA

Imóvel: Rua São Paulo, nº 297, situado no Distrito de Rio Verde, em Juranda-PR.

Anuente: VANILSON DOMINGOS DE SOUZA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade com registro geral sob nº 7.506.952-9-SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 025.015.539-77, residente e domiciliado à Rua São Paulo, nº281, Distrito de Rio Verde em Juranda/PR, CEP – 87355-000;

O ANUENTE declara que é irmão do ocupante e, apesar do contrato de compra e venda estar em seu nome o mesmo não tem interesse nos imóveis de quadra 14 lote 20 que serão objeto de Regularização Fundiária através do Programa Moradia Legal, autorizando que a titulação dos mesmos seja registrada em seu favor.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas e estou ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito (a) às penas da Lei, conforme art. 299 do Código Penal.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Juranda, 24 de outubro de 2024

Vanilson Donningon de Sousa.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo a falta no período entre a assinatura do contrato e ajuizamento da demanda, será devido o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral do contrato.

Parágrafo segundo: Ocorrendo a falta após a hipótese do parágrafo acima, será devido o valor integral contratado.

Cláusula 8ª. A partir do momento do protocolo do pedido inicial de regularização com os dados do(a) CONTRANTE e sua livre escolha quanto a forma do pagamento, poderá ser pleiteada a rescisão do contrato, porém, <u>não poderá ser pleiteada eventual restituição dos valores já pagos, e das prestações que virão a vencer</u>, visto que, os serviços objeto deste contrato, já foram executados, momento que se aguarda somente, o desfecho processual.

Cláusula 9ª. Acaso solicitada *transferência do titular* que participa da regularização fundiária, esta somente será possível desde que cumpridas as exigências constantes dos parágrafos a seguir:

Parágrafo primeiro: Apresentação e aprovação dos novos documentos necessários para integrar o novo integrante do grupo, conforme exigências necessárias.

Parágrafo segundo: Quitação integral do valor da prestação de serviço, que descreve os valores previstos na Cláusula 5ª supra.

Parágrafo terceiro: Pagamento do valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total contratado no ato da formalização da transferência, a título de custos administrativos.

DO FORO:

Cláusula 9ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Maringá – PR.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

Juranda - PR, 24 de outubro de 2024

G A ASSESSORIA E CONSULTORIA
EMPRESARIAL LTDA

CONTRATANTE

KEVELYN GABRIELA LEANDRO DE SOUZA

+ Kevelyn beandre

CONTRATANTE

VALDEMIR BATISTA DE SOUZA

Valdemin B de Lorgo

Testemunha 2

Nome: Matheus Henrique Juvenasso

CPF: 090.501.029-99

Testemunha 1_

Nome: Carlos Eduardo Valentim Warken

CPF: 114.474.299-40